

O contratante do serviço deverá efetuar a consulta ao cadastro somente quando receber notas fiscais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2006. Tal consulta poderá ser realizada no seguinte endereço eletrônico: (disponível no site http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cpom2/Consulta_Tomador.aspx)

11. Em que condição o contratante do serviço deve efetuar a retenção na fonte e o recolhimento do ISS?

O contratante do serviço, ao receber Nota Fiscal de Serviços referente a qualquer dos serviços descritos na tabela anexa ao Decreto n.º 46.598, de 4 de novembro de 2005, de pessoa jurídica estabelecida fora do Município de

São Paulo, deve verificar a situação da inscrição do prestador no cadastro. Caso o prestador de serviços, obrigado à inscrição, não esteja cadastrado, o contratante do serviço deverá reter na fonte e recolher o ISS ao Município de São Paulo.

12- Em caso de retenção na fonte do ISS, em nome de quem deve ser feito o recolhimento do Imposto?

O recolhimento do ISS deve ser feito em nome do contratante do serviço, na conformidade da legislação vigente. O contratante deve preencher, na guia de recolhimento, o seu número de CCM, valendo-se do código de serviço e da alíquota constantes do Anexo 2 da Portaria SF n.º 014/2004 (disponível no site www.prefeitura.sp.gov.br).

13 - Até que data o prestador de serviços estabelecido fora do Município de São Paulo deverá efetuar a inscrição no cadastro?

Não há uma data limite para que o prestador estabelecido fora do Município de São Paulo efetue a inscrição no cadastro. A pessoa jurídica fica obrigada a se inscrever no cadastro a partir do momento que prestar, para contratante estabelecido em São Paulo, qualquer serviço descrito na tabela anexa ao Decreto n.º 46.598, de 4 de novembro de 2005.

**Fonte: Site da Prefeitura do Município de São Paulo (www.prefeitura.sp.gov.br).*

Nota Tributária

1 - Lucro Presumido - Contabilização de Despesas: a Receita Federal, ao contrário do que vinha acontecendo até então, começou a fiscalizar também as despesas dos contribuintes que recolhem seus tributos pelo Lucro Presumido; isso porque, além de verificar se o contribuinte observou a legislação concernente à retenção e recolhimento de tributos como IRRF, CSLL, PIS e COFINS das notas fiscais/faturas/recibos emitidos pelos seus prestadores de serviços, o ente arrecadador também verifica se a totalidade dos dispêndios se sustenta frente a soma das receitas e, caso o primeiro seja bem maior que o segundo, poderá o auditor fiscal entender que houve omissão de receitas e constituir créditos de tributos federais que incidiriam sobre a monta supostamente omitida. Oportuno ressaltar, também, que pagamentos de despesas pessoais dos sócios não devem ser contabilizadas pelo contribuinte, uma vez que, nessa hipótese, o fiscal entenderá tal como sendo pró-labore, verba sobre a qual incidirá o IRPF (alíquota progressiva) e a contribuição previdenciária de 20%; para que isso não aconteça, a empresa deverá fazer um Balancete Mensal, apurando o lucro auferido e distribuindo-o imediatamente aos seus sócios que, por sua vez, darão a destinação pretendida ao numerário. Vale lembrar que o pagamento de dividendos (distribuição de lucros, como no caso) é isenta do IRPF."

Dra. Adriana Franco é advogada na área de Direito Tributário da Bueno Barbosa Advogados Associados